



## Tempos tristes, tempos de luta

Publicamos o último número de 2021 da Cadernos de Gênero e Diversidade. A publicação desse novo número ocorre em meio a um contexto de grandes incertezas marcado pela retomada das atividades presenciais em algumas universidades federais, acompanhada do afrouxamento do uso de máscaras em algumas capitais brasileiras (sinais do fim da pandemia?), e a insegurança global provocada pela Guerra da Ucrânia.

Parece que de fato estamos habitando os livros de história: epidemias, guerras, invasões, com um adicional – tudo é vivenciado em tempo real. A Guerra da Ucrânia vem atualizando o ódio à/ao estrangeira/o e tudo aquilo que ela/ele representa. O povo russo vem sendo assimilado a esse outro perigoso, marcado por narrativas xenofóbicas que muito se aproximam àquelas atribuídas às/aos chinesas/es no início da pandemia.

No Brasil, a xenofobia aparece interseccionada com gênero através dos áudios sexistas dirigidos às mulheres ucranianas feitos pelo deputado Arthur do Val. É nesse mesmo contexto que lembramos de forma triste os quatro anos do assassinato de Marielle Franco, crime político ainda sem solução e que frustra nossas esperanças de dias melhores. Nessa mesma data teremos que ser suficientemente fortes para lembrar ainda da partida prematura de Paulo Vaz, o Pópo, homem trans gay e policial civil cuja morte reascendeu a necessidade de falarmos da relação suicídio e transfobia nas redes sociais.



Os dias tristes parecem não acabar. No mesmo momento que professoras e professores de escolas indígenas de territórios da Bahia reivindicavam direitos referentes ao exercício do magistério indígena, o atual presidente, Jair Bolsonaro, e um conjunto de nomes coniventes com sua necropolítica eram agraciados/as com a Medalha do Mérito Indigenista em respeito aos seus serviços ao bem-estar, proteção e defesa das comunidades indígenas.

A capa deste número da revista remete à mobilização ocorrida em Salvador entre os dias 14 e 16 de março de 2022 de professoras e professores que atuam em escolas indígenas nos diferentes territórios no estado da Bahia. Na fotografia, a Professora Edenice Santos Brito (Profa. Denise), que trabalha no Colégio Estadual Indígena Dom Jackson Berenguer Prado, Comunidade Indígena Vila Massacara do Povo Kaimbé, reivindica ao governador do estado, Rui Costa (PT/BA) e ao Secretário Estadual de Educação, Jerônimo Rodrigues (PT/BA), que pague o piso salarial à sua categoria.

Foram dias de luta contra o racismo institucional contra profissionais indígenas e a reivindicação principal era pela revisão da Lei 12046/2011, que institui a carreira do magistério indígena no estado. As e os professores indígenas recebem menos que outros professores em carreiras similares e tem enfrentado situações de discriminação que os impede de progredirem na carreira, de terem seus esforços de formação continuada valorizados, atuando, muitas vezes, em situação de precariedade. Desta forma, ao assumirmos essa agenda em nossa capa nos posicionamos ao lado de professoras e professores indígenas, que tanto contribuem para uma educação diferenciada no estado da Bahia, exigindo



que a elas e eles seja dado tratamento isonômico em relação a outras carreiras de docência escolar.

Boa leitura a todas/os/es!

Felipe Bruno Martins FERNANDES

Thiago Barcelos SOLIVA

Patrícia Rosalba Salvador Moura COSTA